

Limites da discursividade e da contratransferência

LIMITS OF DISCURSIVITY AND COUNTERTRANSFERENCE

Flávio Ferraz

Resumo • *Abstract*

O trabalho parte da obra de Susanne Langer, que postulava que nem todo o mundo de experiência de um sujeito pode se exprimir por meio da linguagem. Uma parte importante do que é experimentado não cabe no plano da discursividade. O trabalho defende que aquilo que a psicanálise toma como plano do pré-verbal ou não verbal corresponde a esta zona da experiência descrita por Langer. E defende que, na clínica, o único meio disponível ao analista para o acesso a este universo está nas reações contratransferenciais, que devem passar por um processo de elaboração para serem então instrumentalizadas como parte do dispositivo técnico.

The work is based on the work of Susanne Langer, who postulated that not all of a subject's world of experience can be expressed through language. An important part of what is experienced does not fit into the realm of discursivity. The work argues that what psychoanalysis takes as the pre-verbal or non-verbal plane corresponds to this area of experience described by Langer. And he argues that, in the clinic, the only means available to the analyst to access this universe is through countertransference reactions, which must go through a process of elaboration to then be instrumentalized as part of the technical device.

Palavras-chave • *Keywords*

Contratransferência; discursividade; identificação projetiva; subjetividade; linguagem.

Countertransference; discursivity; projective identification; subjectivity; language

A psicanálise surgiu da escuta da histórica. Desde então, a linguagem ocupa um lugar central em seu método. Ao analisando, pede-se apenas para que fale. Que diga o que lhe vem à cabeça, que associe livremente e, assim, os analistas foram aprendendo a escutar aquilo que é dito e, por meio da hipótese do inconsciente e da defesa, também aquilo que não o é, ou seja, aquilo que a fala desvela a despeito de não dizer. O valor da palavra e a função do falar sempre estiveram no âmago do método, o que, por outro lado, não impediu que os psicanalistas, frequentemente, se referissem ao universo pré-verbal ou, ainda, não verbal dos sujeitos, reduto da experiência que não cabe na linguagem quando a concebemos como restrita à esfera da semântica.

Ora, se esse universo deve tomar parte da investigação e da intervenção analíticas, temos aí instaurado um problema. Podemos crer e argumentar que ele se expressa indiretamente na própria fala por meio, tanto das metáforas como das falhas ou elisões na linguagem, mas será que isso nos basta? Será que a fala sempre dará conta de carrear o mundo da experiência psíquica para a comunicação na sessão analítica em todos os analisandos e em todas as ocasiões?

Freud, nos *Estudos sobre a histeria* (1895), já se dera conta da existência do fenômeno da transferência, que introduzia no tratamento uma resistência manifestada, exatamente, pelo não dito. À interpretação analítica caberia a explicitação da cena recalçada, que surgia na análise mediante a repetição em ato. Em *A dinâmica da transferência* (FREUD, 1914a), o fenômeno é discutido com base em elementos que o progresso da teoria e do método já permitiam aportar. Entretanto, tratava-se de um não dito de caráter francamente resistencial, que se acreditava dizível na interpretação, porque passível de rememoração, ou seja, era um não dito neurótico, produto do recalçamento.

Em *Construções em análise* (1937), texto mais tardio, a rememoração da representação traumática recalçada já cedia lugar à proposição, pelo analista ao analisando, de uma *construção* que não mais se pretendia como fidedigna descrição de uma cena a ser recordada, mas uma montagem hipoteticamente análoga, sob o ponto de vista ideativo, à representação original rechaçada. Tratava-se, portanto, da oferta de uma metáfora que, ainda assim, produzia o efeito psíquico equivalente ao da rememoração. Dessa

maneira, o imperativo da recordação, perseguido nos primórdios da constituição do método da psicanálise, foi deixando lugar para outro modo de ação do analista, baseado no potencial simbolizante da experiência analítica. Os efeitos analíticos não decorriam, exclusivamente, da recordação, mas de algum outro fator que tinha lugar na experiência da sessão.

No plano freudiano, isto é, na análise padrão do neurótico, a interpretação da transferência ou a oferta de uma construção plausível produzirão efeitos no nível da linguagem: trata-se de dispositivos que buscam mobilizar o recalçado que, não sendo dizível, bem poderia sê-lo quando removida a resistência. No entanto, foi necessário um desenvolvimento ulterior no campo da clínica em direção a uma parte da experiência dos sujeitos que, se não era dita, tampouco era *dizível*. Refiro-me à análise de pacientes com dificuldades que iam para além das psiconeuroses, nos quais a experiência patógena ou traumática se situa temporalmente antes dos marcos de fixação comumente atribuídos à histeria ou à neurose obsessiva. Nesses casos, o sofrimento psíquico deixa raízes no tempo da constituição do aparato psíquico, e a angústia remete a experiências pré-verbais ou não verbais (o que pode, ou não, dar na mesma).

Foi Melanie Klein (1946) que teve o mérito de deduzir da clínica de crianças gravemente perturbadas a existência de um fenômeno que ia muito além (ou estava muito aquém, dependendo de como se encara) da manifestação da transferência, tal como postulada por Freud. Esse fenômeno foi por ela nomeado identificação projetiva, definido no *Vocabulário da Psicanálise* (LAPLANCHE E PONTALIS, 1967) como “um mecanismo que se traduz por fantasmas (fantasias) em que o indivíduo introduz a sua própria pessoa (*his self*), totalmente, ou em parte, no interior do objeto para lesá-lo, possuí-lo ou para controlá-lo” (1967, p. 302). Acompanhando a evolução da literatura psicanalítica da escola inglesa, vemos que, cada vez mais, a identificação projetiva foi sendo entendida como uma forma de comunicação que prescinde da palavra. Age por pressão, ou seja, por meio da imposição de uma alteração do estado psíquico do receptor. Modo de comunicação infantil e primordial, predomina sobre a comunicação languageira em pacientes psicóticos ou em estado de regressão avançado. No entanto, não é um mecanismo exclusivo do psicótico. Pode estar presente em

todos os indivíduos quando regridem a uma forma de defesa mais arcaica, em que a linguagem é insuficiente para exprimir os estados emocionais mobilizados.

Susanne K. Langer e a filosofia das formas simbólicas

O que aparece na literatura psicanalítica como referência clínica a um tempo pré-verbal na experiência dos sujeitos vem se somar a outro universo, não idêntico, mas correlato em sua manifestação.

É o universo do *não verbal*, que pode ser ainda *não verbalizável*, muitas vezes, atrelado a experiências traumáticas, que ultrapassam a possibilidade de representação dos sujeitos. Na filosofia de Susanne K. Langer, esse é o universo situado fora da linguagem discursiva. Em razão da precisão e da acuidade de suas afirmações, que podem ser tomadas em proveito da psicanálise, peço licença para evoluir a argumentação com trechos da própria lavra da autora. Vejamos como ela define o que pode e o que não pode aceder à forma discursiva:

Toda linguagem tem uma forma que requer que enfileiemos nossas ideias, ainda que seus objetos permaneçam um dentro do outro; como peças de vestuário que são realmente usadas uma sobre a outra, precisam ser enfileiradas lado a lado no varal. Essa propriedade do simbolismo verbal é conhecida como *discursividade*; por causa dela, apenas os pensamentos passíveis de um arranjo nessa ordem peculiar podem em geral ser falados; qualquer ideia que não se preste a tal 'projeção' é inefável, incomunicável por meio de palavras. (LANGER, 1942, p. 90)

Prosegue a autora:

Qualquer coisa que pode ser dita em linguagem pode ser dita por meio de uma série temporal de palavras não flexionadas. Isso coloca uma limitação naquilo que pode ser expresso em palavras. É bem possível que existam fatos que não se prestam a esse esquema muito simples; sendo assim, não podem expressar-se em linguagem. (LANGER, 1942, p. 96)

Observemos que aquilo que ela chama de *factos* pode, para o psicanalista, definir-se como experiência ou percepção com potencial traumático que ameaça o aparato mental de disrupção ou, simplesmente, situem-se em uma zona psíquica não atingida pela cobertura que a linguagem disponibilizada oferece. E qual seria a natureza dessa zona psíquica? Prossigamos com a filósofa, que adverte para o risco da adoção de uma teoria da mente excessivamente limitada:

Uma ideia que contenha um número demasiado de partes minuciosas, no entanto, estritamente relacionadas, um número excessivo de relações dentro de relações, não pode ser ‘projetada’ para o âmbito da forma discursiva; é por demais sutil para a fala. Uma teoria da mente limitada pela linguagem, portanto, a exclui do domínio do entendimento e da esfera do conhecimento. (LANGER, 1942, p. 100)

Portanto, não seria possível uma teoria da mente restrita à linguagem, o que implica a inviabilidade de um método psicanalítico que aposte na plenitude da fala e, a *fortiori*, se coloque exclusivamente à espreita da expressão por este meio para ter acesso à integralidade da experiência dos sujeitos. Há um resíduo da experiência que, a despeito de não se conformar ao funil da discursividade, insiste em se comunicar, além de produzir efeitos manifestos em ato. Nesse ponto, Langer fala algo que toca muito de perto o psicanalista, traçando a fronteira entre *expressão* e *ato*, tão cara à psicopatologia e à teoria da clínica:

Essas duas assunções básicas andam de mãos dadas: (1) Que a *linguagem é o único meio de pensamento articulado*, e (2) Que *tudo o que não é pensamento falável, é sensação*. Elas estão ligadas porque todo pensamento genuíno é simbólico, e os limites do meio expressivo são, portanto, realmente os limites de nossos poderes conceituais. Além destes, podemos apenas sentir cego, que não registra nada e não transmite nada, mas tem de ser descarregado em ação ou autoexpressão, em feitos ou exclamações ou outras demonstrações impulsivas (LANGER, 1942, p. 95).

Perspectivas psicanalíticas na interface com a filosofia da linguagem

Langer (1942) propõe que a primeira maneira de simbolizar, na ontogênese, se dá por meio da *projeção* de sentimentos em objetos externos. E que essa simbolização coincide com o surgimento da própria faculdade de *conceber* tais sentimentos. Ora, uma tal proposição se assemelha, em grande parte, ao modo como Klein (1930), no seminal artigo *A importância da formação de símbolos no desenvolvimento do ego*, define os esquemas de simbolização na infância. Para ela, os objetos do mundo externo são como que colonizados a partir da identificação que a criança faz deles, com seus próprios órgãos e seu funcionamento, destarte tornando-se *símbolos*.

O simbolismo é o fundamento da sublimação, de maneira que os objetos do mundo, por meio da equação simbólica, devêm o motivo das fantasias libidinais. Ocorre que esse interesse libidinal se dá concomitantemente à mobilização da ansiedade. Daí resulta que a criança se vê numa encruzilhada entre a sublimação e a ansiedade, já que seus ímpetos de destruição dos objetos a levam também a temê-los. O desfecho, mais ou menos feliz, desse conflito se dará em função da tolerância às situações de ansiedade. Havendo sucesso na travessia dessa fase, a criança pode vir a conceber o mundo exterior de modo mais ou menos conforme à realidade. Não havendo, seu aparato psíquico pode ser assolado pela ansiedade psicótica.

Wilfred. R. Bion toma situações patológicas graves para tratar do uso que o esquizofrênico faz da linguagem, postulando que, nesses casos, ela é, sobretudo, um *modo de ação*: “o paciente usa as palavras como coisas ou como partes expelidas de si mesmo, que introduz à força no analista” (1955, p. 237). O pressuposto é que não tenha havido um desenvolvimento da capacidade para o pensamento verbal e, conseqüentemente, para uma linguagem que se situe nos domínios da significação.

Na linguagem comum, o significado de qualquer palavra dada e, mais ainda, o significado da soma total do que um homem diz, depende da síntese de uma complexa variedade de elementos; os sons têm que ser combinados para formar palavras, e as palavras frases. (...) Uma fala coloquial razoavelmente correta pode ser tratada de tal

modo pelo ouvinte que se destrói seu significado. Reciprocamente, o que fala pode ser tão incapaz de síntese ou mostrar tal aberração em seus modos de integração que se deve realizar um grande esforço apenas para apreciar o que aconteceu à comunicação verbal, para não mencionar o apreender o significado. (BION, 1955, p. 238-239)

Como oposição à concepção estritamente semântica da linguagem, Bion se refere a L. Wittgenstein, defendendo suas formulações como mais compreensivas, realistas e aproveitáveis para a psicanálise dos casos difíceis. Seu interesse era pela primazia que o filósofo dava aos usos da linguagem em vez da semântica, concepção consagrada na teoria dos *jogos de linguagem* (Wittgenstein, 1953), segundo a qual não cabe indagar sobre os significados das palavras, e sim sobre suas funções práticas. Para Bion, que estava às voltas com o emprego da linguagem precipuamente como *ato*, esse sistema teórico contribuía com mais elementos.

O filósofo J. L. Austin (1962), dando continuidade ao esquema conceitual aberto por Wittgenstein, concebe a linguagem como *ação*, ou seja, forma de atuação sobre o real, e não mera representação da realidade, à qual deveria corresponder. Mais ainda: o próprio conceito de *significado* se dissolve, substituído pelo entendimento da linguagem como um complexo que envolve elementos do contexto, convenções de uso e intenções dos falantes. O interesse da investigação filosófica da linguagem deixa de ser a análise da sentença para ser o uso que dela se faz, uma vez concebida como *modo de ação*.

Bion (1967) tratou da perda do elo entre a palavra e seu significado, ou seja, do apagamento do sentido do símbolo na psicose. Na alucinação, a palavra pode até mesmo se reduzir à condição de objeto sonoro e circular pelo ar como coisa concreta. Situada fora do plano da significação, ela mantém, contudo, sua função perlocutória, ou seja, subsiste como um modo de ação. No caso, a serviço da identificação projetiva, que visa à divisão do objeto. Ainda assim, ela produz uma comunicação, de modalidade primitiva, que se manifesta como descarga ou evacuação a causar efeitos no receptor.

Com todas as considerações até aqui feitas sobre a linguagem e seu particular modo de funcionamento em pacientes de

difícil acesso, passaremos à discussão da contratransferência como fenômeno psíquico que se faz fundamental na recepção da comunicação primitiva. Reiterando que ela ocorre em todas as análises, mesmo quando não há predominância da identificação projetiva na comunicação do analisando com o analista.

O uso da contratransferência como dispositivo clínico

Vimos nas contribuições de Susan Langer que sempre haverá, em qualquer sujeito, uma parte da experiência vivida que não encontra as condições necessárias à passagem pelo crivo da linguagem. Isso ocorre independentemente das considerações à psicopatologia. Se pensarmos na língua falada como um instrumento da cultura que é oferecido ao sujeito, mas lhe é exterior, não fica tão difícil conceber que a experiência não possa passar inteiramente por este funil.

A língua, que possibilita a expressão, também a limita. Substantivos abstratos, que designam sentimentos e estados da alma, bem como adjetivos e advérbios, podem representar pontos proeminentes do universo sensível, mas não é crível que forneçam a possibilidade de tradução de tudo aquilo que se possa sentir. O conjunto dos nomes de estados psíquicos oferecido pela língua é algo como um mapa em que figuram as grandes cidades, mas não os pequenos vilarejos situados entre elas. Isso, muitas vezes, faz com que, numa análise, percebamos a inexactidão de um termo e a correlata dificuldade de se encontrar um similar mais apropriado àquilo que se quer expressar.

No regime da identificação projetiva, do modo como a caracterizamos até aqui, o recurso à palavra do paciente está ainda presente, mesmo que na qualidade de *ato*. No entanto, temos que fazer referência a outro fenômeno de comunicação que, em larga medida, ultrapassa a própria linguagem falada. Refiro-me aqui à grande contribuição de Christopher Bollas (1992a) com seu conceito de *processos conservativos*.

Bollas amplia a “escuta”, por assim dizer, para além do que foi ouvido em palavras. Sua teoria dos *processos conservativos* se articula em torno da experiência transmitida pelo clima emocional gerado pelo paciente no contato com o analista, possibilitado pela regressão peculiar ao *setting*. Uma comunicação desse tipo, que *re-*

cria um estado humoral arcaico, só pode ser apreendida pelo analista por meio de uma alteração em seu próprio estado psíquico:

Cheguei à conclusão de que quando certos analisandos estabelecem estados críticos do ser na transferência, frequentemente o fazem vivenciando-os por meio de humor. Esses pacientes podem articular seus estados da mente internos e, normalmente, me fornecem uma narrativa de sua vida, mas elementos importantes de suas experiências do *self* são expressos somente através dos humores. (BOLLAS, 1992a, p. 127)

Os *humores* que surgem de um *processo conservativo* contêm uma rememoração que não pode ser *discursiva*, porque referida a experiências ocorridas antes da aquisição da linguagem verbal ou que ultrapassem a capacidade de representação de um sujeito, como acontece nas situações traumáticas. Assim, sua manifestação só pode se dar, conseqüentemente, por um meio também *não verbal*. Estados psíquicos arcaicos são revividos, quando viabilizados pela regressão no *setting* analítico.

Considerando todo o complexo conjunto de situações, dentro de variados quadros, em que a experiência não passível de discursividade se apresenta na clínica, torna-se imprescindível a abertura de outro canal de recepção do material psíquico que o analisando tenta comunicar, que não a espera da fala plena de significação. E o único dispositivo com que conta o analista é a instrumentalização da contratransferência como parte legítima do método clínico.

Na história da psicanálise, esse ponto de vista sempre esteve sujeito a uma grande polêmica, que vamos tentar repassar sumariamente aqui. Contudo, reitero minha convicção de que não basta ao analista esperar pela enunciação verbal da experiência arcaica do analisando, porque, *nolens volens*, ela só poderá se deixar apreender por meio da contratransferência. Em consonância com o que até aqui foram nossos prolegômenos, partilho do ponto de vista de Bion (1955) no que ele propõe como necessidade do uso da contratransferência na análise do esquizofrênico, acrescentando que o suposto válido, por extensão, para o acesso às partes mais recônditas da experiência de todo analisando:

O analista que ensaia, em nosso atual estado de ignorância, o tratamento de tais pacientes, deve estar preparado para descobrir que, em uma considerável extensão de tempo analítico, a única evidência em que uma interpretação pode basear-se é a que se propicia através da contratransferência. (BION, 1955, p. 235)

Na mesma linha, C. Bollas (1992b) argumenta que a identificação projetiva, a despeito de não ser discursiva, tem sua eficácia como meio de comunicação: ela é um *modo de fazer o outro sentir o que o próprio sujeito sente*.

A elaboração da contratransferência

Freud (1912), nas *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*, afirma que o analista desenvolve uma espécie de aparelho receptor que lhe permite comunicar-se com o analisando de inconsciente a inconsciente: “(o analista) deve voltar seu próprio inconsciente, como um órgão receptor, na direção do inconsciente transmissor do paciente” (p. 154). No entanto, um exercício desse tipo não é algo que se faça ingenuamente e sem preparo. Assim, Freud complementa: “Deve-se insistir, antes, que (o analista) tenha passado por uma purificação psicanalítica e ficado ciente daqueles complexos seus que poderiam interferir na compreensão do que o paciente lhe diz” (pp. 154-155). Ou seja, a análise do analista já está aí subentendida como parte fundamental de sua formação, que lhe confere a habilidade para separar o que o lhe pertence daquilo que o analisando lhe desperta. O que Freud já evidenciava é que a contratransferência, cujo surgimento é inevitável, deve passar por um processo de *elaboração* a fim de evitar que o analista atue para fora do campo genuinamente demarcado pelo analisando.

Para nos aproximarmos da finalização deste trabalho, eu gostaria de incluir uma parte que julgo fundamental no processo de elaboração da contratransferência, relativa ao potencial que tem ela de induzir, no analista, o trabalho da *figurabilidade*. (FÉDIDA, 1988; DALLAZEN, 2020). Não basta ficarmos restritos a um momento ainda básico da elaboração da contratransferência, concernente a uma espécie de profilaxia do *acting out*, por parte do analista, quando exposto ao risco de ver ultrapassada sua capacidade de

pensar e se discriminar do outro. Nesta eventualidade, é sua possibilidade de permanência na função analítica que pode estar em jogo, mas é preciso avançar um passo para tratar de algo mais, a saber, o desenvolvimento, no analista, de uma criatividade a serviço da clínica e em benefício da reintegração das partes cindidas do analisando por meio da elaboração da contratransferência.

O analista empresta seu aparato psíquico para o processamento de elementos cindidos no analisando. O material bruto que recebe é devolvido depois do trabalho de elaboração feito por ele. E aqui está o cerne do que quero demonstrar, considerando que os elementos da experiência do analisando que não podem se tornar discursivos, a menos que simbolizados, igualmente impressionarão o analista, num primeiro momento, num registro à margem da linguagem discursiva. O analista, assim, pode processar o material por meio da figurabilidade para, depois de um trabalho de transformação, propor ao paciente palavras que o ajudem a desenvolver, em si próprio, uma via rumo à discursividade. Talvez essa seja a parte mais sofisticada do trabalho com a contratransferência quando aquilo que surge por um meio tão primitivo como a identificação projetiva pode, em virtude da elaboração ocorrida no analista, alcançar a simbolização que o analisando não pode fazer contando apenas consigo mesmo.

Referências

AUSTIN, J. L. (1962) *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BION, W. R. (1955) A linguagem e o esquizofrênico. In.: Klein, M.; Heimann, P.; Money-Kyrle, R. E. (Orgs.) *Novas tendências na psicanálise*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986; pp. 231-252.

_____, **W. R.** (1967) *Estudos psicanalíticos revisados*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

BOLLAS, C. Os humores e o processo conservativo. In.: *A sombra do objeto: psicanálise do conhecido não pensado*. Rio de Janeiro: Imago, 1992a; p. 127-147.

_____, **C.** Usos expressivos da contratransferência. In.: *A sombra do objeto: psicanálise do conhecido não pensado*. Rio de Janeiro: Imago, 1992b; p. 244-286.

BREUER, J.; FREUD, S. (1895) Estudos sobre a histeria. In.: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*; Rio de Janeiro:

Imago, 1981; v. 2, p. 13-370.

DALLAZEN, L. *A perlaboração da contratransferência: a alucinação do psicanalista como recurso das construções em análise*. São Paulo: Blucher, 2020.

FÉDIDA, P. (1988) *A clínica psicanalítica: estudos*. São Paulo: Escuta.

FREUD, S. (1912) Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In.: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1981; v. 12, p. 131-146.

_____, **S.** (1937) Construções em análise. In.: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1981; v. 23, p. 289-304.

KLEIN, M. (1930) A importância da formação de símbolos no desenvolvimento do ego. In.: *Contribuições à psicanálise*. São Paulo: Mestre Jou, 1981; p. 269-282.

_____, **M.** (1946) Notas sobre alguns mecanismos esquizoides. In.: Klein, M.; Heimann, P.;

ISAACS, S.; RIVIERE, J. (Orgs.) *Os progressos da psicanálise*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986; p. 313-343.

LANGER, S. K. (1942) *Filosofia em nova chave*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.B. (1967) *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

WITTGENSTEIN, L. (1953). Investigações filosóficas. In.: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1975; p. 3-222.